



NÃO PINTCHA

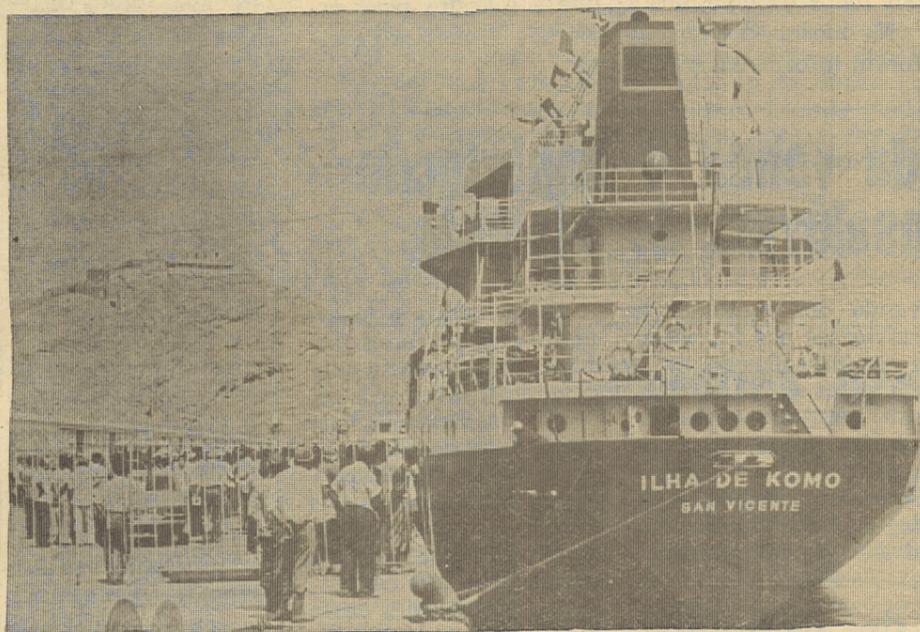
ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

NAGUICAVE - DISSOLUÇÃO À VISTA



A dissolução da Naguicave (Companhia Mista de Marinha Mercante da Guiné e Cabo Verde) surge como inevitável.

De facto, os dois países atingiram um consenso quanto a tal solução, segundo um relatório — agora divulgado — pela delegação da Guiné-Bissau às conversações travadas no Mindelo, por ocasião da quarta Assembleia Geral Ordinária, realizada entre os passados dias 10 e 15 de Maio.

Foi decidida, por unanimidade, a realização durante todo este mês de uma Assembleia extraordinária, para deliberar precisamente sobre as modalidades de liquidação da sociedade. Entretanto, o camarada Aboubacar Baldé, director-geral da Naguicave, seguiu ontem para Cabo Verde, já para tratar de assuntos relacionados com esta nova reunião. — (Página 3).

ACTIVIDADE PARTIDÁRIA

As bases do Partido encontram-se já a preparar o Congresso Extraordinário do PAIGC. Assim, os Comités de Base reuniram-se ontem e hoje na capital para uma jornada de estudo do relatório do camarada Nino Vieira, apresentado na segunda reunião do CNG e as resoluções da mesma reunião.

(Ver apelo do Partido do Sector Autónomo na página 8).

MINISTRO DAS FARP NA URSS

Uma importante delegação governamental dos Ministérios das Forças Armadas e do Interior chefiada pelo camarada Paulo Correia, membro do Conselho da Revolução e Ministro das Forças Armadas, seguiu ontem para uma visita de trabalho à União Soviética.

Integram a missão os camaradas Buota Na Batcha, membro do C.R. e Comandante da Marinha de Guerra Nacional, Francisco Barreto, Secretário-Geral do Ministério do Interior, o major Carlos Gomes, adjunto do Comandante da Força Aérea Nacional, e o capitão Pedro Barreto.

A apresentar cumprimentos de despedida à delegação, encontrava-se no aeroporto o camarada João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, além de outros membros do C.R., do Partido e do Estado.

MARROCOS — MAURITÂNIA DIÁLOGO RETOMADO

A Mauritânia e Marrocos vão restabelecer relações diplomáticas, recordamos, desde o passado mês de Março, quando os dirigentes mauritanianos acusaram o regime marroquino de participação directa numa tentativa de golpe de Estado.

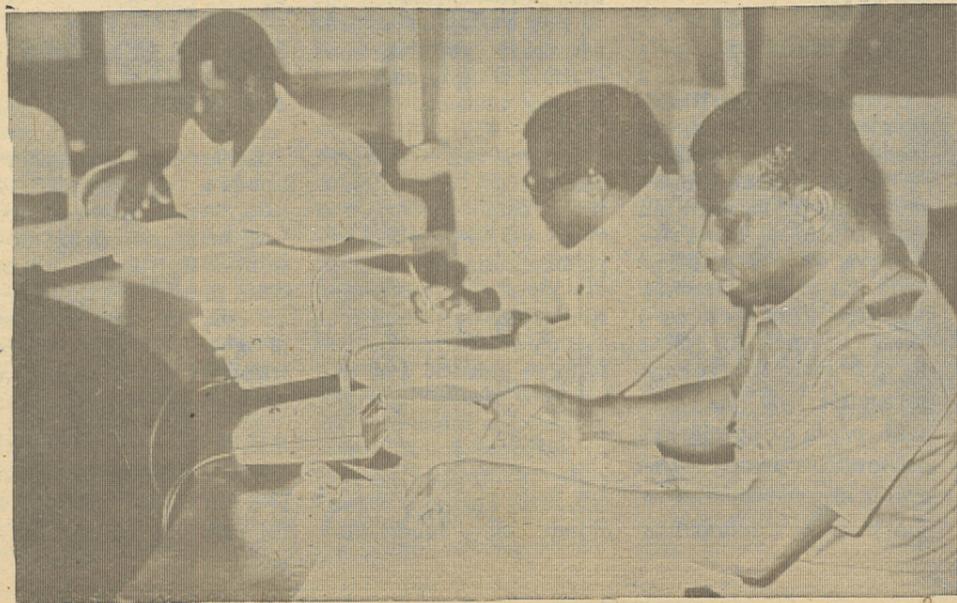
A decisão dos altos responsáveis dos dois países surge na sequência do avanço alcançado pela OUA, na recente cimeira de Nairobi, quanto ao problema do Sahara Ocidental. Para além deste aspecto, há a salientar a insistentes diligências empreendidas pela Arábia Saudita. — (Ver pág. 7)

TÉCNICOS PAQUISTANESSES NO PAÍS

Uma delegação paquistanesa encontra-se no nosso país desde quarta-feira passada para estudar as áreas de cooperação com a Guiné-Bissau. A visita desta delegação enquadra-se na recente deslocação efectuada aquele país pelo camarada Samba Lamine Mané, do Conselho da Revolução e ministro dos Recursos Naturais.

O chefe da delegação, Nisar Hussain Khan, afirmou à Imprensa que a cooperação paquistanesa concentrar-se-á sobretudo na pesca artesanal abrangendo também a formação de quadros e o desenvolvimento rural, nomeadamente, irrigação.

A comitiva do Paquistão foi recebida na quinta-feira passada pelo camarada Samba Lamine Mané, que se encontrava acompanhado dos camaradas Lamine Haidará, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Anastácio Furtado, director-geral da Energia, e Abrantes Lopes, director-geral do BNG. A delegação, que permanecerá cerca de uma semana em Bissau, integra ainda Mohiuddin, perito em questões do desenvolvimento, M.H. Naseem, perito em assuntos energéticos, e Wali Dad Khan perito em agricultura.



COMISSÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO C.R.

A Comissão Económica e Financeira do Conselho da Revolução terminou ontem os seus trabalhos iniciados a 15 de Maio e interrompidos na semana passada devido à deslocação a Nairobi do camarada Presidente do CR, que a preside.

Aquela instância do CR, que reúne os Ministérios de vocação económica, debruçou-se sobre a situação económica do país e fez uma análise de vários projectos e unidades industriais em curso e sua viabilidade ou inviabilidade económica, com vista a sua orientação ou extinção.

À hora do fecho do Jornal não conseguimos apurar mais pormenores sobre a reunião, pelo que contamos retomar o assunto na próxima edição.

Aldeia regional em Bolama

Hoje para dar descanso aos leitores do jornal «Nô Pintcha» desviei o rumo das cartas que habitualmente tenho vindo a escrever, referentes a Bolama e ao meu álbum de recordações.

Como não podia deixar de ser, e como já afirmei, nem a distância nem a ausência são motivos para esquecimento e, mais uma vez me debrucei sobre as possibilidades de Bolama ressurgir das cinzas. Bolama tem um número incalculável de possibilidades para num futuro não muito distante enveredar pelas vias de desenvolvimento local como exemplo único. Os meus pensamentos estão contagiados pela vida de Bolama, contágio esse que me acompanha diariamente e fez florir na minha mente mais uma ideia, que em meu entender deve ser aproveitada.

Trata-se da criação de uma Aldeia Regional. A Aldeia Regional não pode passar de uma simples ideia apresentada mas de uma sugestão realizável. Quem é que desconhece as possibilidades Regionais de Bolama? Quem é que pode ficar alheio a ideias e sugestões viáveis ao seu desenvolvimento? Quem é que pode fechar os olhos aos atractivos naturais de que Bolama dispõe? Sim, amigos leitores, não vamos acreditar e permitir que Bolama continue a viver sob o signo do infortúnio. Há um ditado popular que diz: «A água em pedra dura tanto bate que a fura» e é precisamente o caso de Bolama. Eu quero, nós todos queremos, que a nossa Bolama entre de uma vez para sempre naquilo a que tem direito.

A Aldeia Regional seria construída numa área previamente escolhida pelo turismo (não ficará mal junto à encantadora Praia de Ofir). Nessa aldeia seria construída uma casa de cada etnia Regional ou Nacional, com um casal ou mais, em condições de poder mostrar, a quem os visite a qualquer hora, tudo respeitante à vida da sua etnia.

Seria também construído um Museu Regional que, diga-se em abono da verdade, material para o enriquecer não faltaria, desde artigos de pesca, indústria caseira, armas guerreiras, factos históricos dos Bijagós (fique sabendo que já em 1785, o rei da Ilha de Caravela possuía armas pesadas para a defesa da Ilha). Seria aproveitado, da forma mais completa possível, uma informação histórica da Região que serviria não só para o assunto em causa, como também seria, sem dúvida, um meio instrutivo para a juventude, funcionando como espelho retrovisor de um passado brilhante a servir de exemplo para o futuro.

De alguém que ama de coração esta Ilha. Porto, 23-5-1981.

Mulheres de Bissau e Conakry reforçam relações

Na sequência das decisões emanadas da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-Bissau, e no âmbito do recente encontro efectuado na nossa capital entre uma delegação das mulheres da República Popular e Revolucionária da Guiné e da CNMG, dirigidas respectivamente pelas primeiras responsáveis, Mariama Sow e Francisca Pereira, regressou de Conakry, onde foi portadora de uma mensagem verbal da Secretária Nacional da CNMG, a camarada Ana Emília Pereira, do departamento da Informação e Propaganda da nossa organização feminina.

Na mensagem, a camarada Francisca Pereira reafirmaria o nosso empenhamento e determinação em prol da Revolução Africana, cuja vitória depende em grande parte da unidade que formos capazes de erguer para garantir a paz e a compreensão entre os povos.

Referindo-se à nossa cooperação, a Secretária Nacional da CNMG salientou a nossa disponibilidade em tudo fazer, visando o seu reforço em todos os domínios.

Na mesma mensagem foram informados os es-

forços empreendidos na Guiné-Bissau nos preparativos do próximo Congresso do PAIGC.

Entretanto, de regresso ao país, a camarada Ana E. Pereira foi igualmente portadora de uma mensagem da camarada Mariama Sow para a sua homóloga guineense, onde afirma a disponibilidade de receber brevemente no seu país uma delegação da Guiné-Bissau, para um estudo pormenorizado das futuras relações, convite esse que foi aceite pela camarada Francisca Pereira.

Regulamentada venda e importação de sais insolúveis de bismuto

É proibida a importação de sais insolúveis de bismuto em natureza (carbonato, fosfato, peccato, silicato sub-azotato, sub-gallato, sub-salicilato e salicilato básico de bismuto) ou sob a forma de especialidades para a medicina humana, e a

venda dos mesmos, já existentes nas farmácias e nos armazéns de medicamentos na Guiné-Bissau, implicará a obrigatoria apresentação de receita médica — estabelece o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, através de comunicado.

As farmácias e os armazéns de produtos farmacêuticos no nosso país deverão transmitir à Direcção dos Serviços Farmacêuticos do Ministério da Saúde a relação do «stock» existente dos sais de bismuto mencionados, bem como de especialidades que os contêm, antes do fim deste mês.

Mansoa: Reunião de trabalho

A política actual do nosso Governo, a preparação para as eleições dos comités de base, e a Conferência Regional a realizar futuramente, constituíam a ordem de trabalhos de uma reunião realizada no fim do mês passado, no sector de Mansoa, informou um despacho da ANG.

Esta reunião, realizou-se na sequência de uma decisão da última Assembleia de militantes e simpatizantes do Partido

da região de Oio, que teve lugar no referido sector.

No final deste encontro, presidido pelo camarada Quinto Kabi Naiana, membro do CSL e novo secretário para a Organização do Partido na região de Oio, foi decidida a reactivação das actividades dos membros dos comités de base, em particular, e de todos os militantes do PAIGC, em geral.

Este controle de venda e de importação de preparados e de especialidades farmacêuticas tem o objectivo de acabar com o aparecimento de encefalopatias ligadas à administração oral de sais de bismuto.

Assim, impôs-se a adopção de regulamentação restritiva ou supressiva no que diz respeito a estes produtos.

Actividades partidárias

O relatório do camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC e do Conselho da Revolução apresentado à última reunião extraordinária do CNG, bem como as recomendações e resoluções gerais da reunião preparatória da segunda Conferência do Partido do Sector Autónomo de Bissau, foram os temas centrais das sessões de trabalho realizadas na terça-feira passada, na sede do PAIGC, no salão de reuniões da Justiça, do Desenvolvimento Rural, das Obras Públicas e na Casa do Estivador da JAPG.

Estas sessões deverão prolongar-se por alguns dias em certas zonas e locais de trabalho, na capital, com o objectivo de que todos os militantes e a população em geral possam assimilar profundamente o conteúdo desses documentos. Posteriormente, o estudo e divulgação dos mesmos serão amplamente desenvolvidos nas assembleias de grupos das estruturas de base, salienta uma nota enviada a nossa redacção, do Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau.

Responde o povo

O que pensa das bibliotecas?

Quando se fala em cultura geral do indivíduo, fala-se necessariamente em bibliotecas e arquivos e, implicitamente dos seus componentes, livros, jornais, revistas e outros documentos, pois mais do que as escolas e universidades, estes meios estão permanentemente abertos a todas as classes sociais e graus académicos. O assunto que nos conduziu a estas observações é precisamente a BIBLIOTECA, este complemento indispensável em qualquer país à formação técnico-cultural de um indivíduo, seja qual for a sua profissão. No nosso país, falando de bibliotecas, não vale a pena sairmos da capital, porque no interior não existe qualquer estabelecimento do género. Em Bissau encontramos no centro da cidade, a Biblioteca Nacional, em vias de estruturação desde a Independência, e pequenas bibliotecas dos Centros Culturais, francês, líbio e português. Três pessoas falaram sobre esta questão no nosso inquérito de hoje:

OS JOVENS SÃO OS MAIS INTERESSADOS

Armando Félix Diouf, técnico da Socotram colocado em Bambadinca — «Quem fala de bibliotecas fala de livros, e eu gosto muito de ler. Precisamos de nos cultivar cada dia mais e, isso não significa só ir a escola e fazer exames de física ou química, francês ou português. É preciso conhecer a experiência das outras pessoas, expressa através dos livros, não para nos deixarmos

influenciar pela leitura, mas para fazermos as nossas reflexões e tirar as nossas próprias conclusões do que cada autor nos oferece.

Realmente, existem bibliotecas em Bissau, mas estão a ser mal aproveitados sobretudo pela camada mais jovem. Há jovens que conheço que estão muito mal formados e informados por falta de leitura. Por outro lado, desde que regresssei dos meus estudos no estrangeiro, fui colocado no interior, onde não tive até hoje a felicidade de frequentar

uma biblioteca, porque lá não existem.

NÃO ME LEMBRO SE EXISTEM NO INTERIOR

Carlos Pedreira, enfermeiro aposentado — «Eu, dantes interessava-me bastante pelos Boletins Culturais que eram publicados no tempo colonial, que traziam artigos sobre doenças tropicais ligados com a minha profissão. São documentos históricos. Mas, desde a Independência, a biblioteca foi mudada do sítio on-

de é agora o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Vim a saber ultimamente que a Biblioteca Nacional está a funcionar ao lado da sede da UNTG, mas nunca lá fui».

Filipe Diouf, aluno do 7.º ano do Liceu Kwame N'Krumah — «Para mim, falar-se de bibliotecas aqui, é bastante oportuno. A Biblioteca Nacional ainda não está bem estruturada. Agora temos acesso aos Centros Culturais estrangeiros em Bissau, o que constitui já um avanço, embora estes não estejam lá muito bem equipados também.

Hipóteses de dissolução da Naguicave

As hipóteses de dissolução da Naguicave (companhia mista de marinha mercante da Guiné-Bissau e Cabo Verde) estiveram na base das conversações de Mindelo (São Vicente), na ocasião da 4.ª Assembleia Geral ordinária da sociedade, que decorreu de 10 a 15 de Maio findo. Segundo um relatório da delegação do guineense, agora divulgado, sobre a referida reunião, houve um consenso favorável à dissolução da companhia, tendo a Assembleia decidida por unanimidade, convocar uma assembleia extraordinária, a reunir-se no prazo máximo de 45 dias, para deliberar sobre a dissolução e as modalidades de liquidação da sociedade, coadjuvada por uma auditoria externa, tendo sido posteriormente fixado que a referida assembleia extraordinária se realizará no corrente mês de Julho.

O capital da empresa, 25 milhões de escudos caboverdianos, encontra-se totalmente realizado, estando dividido do seguinte modo: 12 milhões de escudos caboverdianos (48 por cento) do Estado da Guiné-Bissau; a mesma quantia e percentagem do Estado de Cabo Verde e 1 milhão de escudos (4 por cento) dos accionis-

tas privados de Cabo Verde. A reunião de Mindelo, sede da Naguicave, tinha como objectivo principal apreciar o relatório e contas do exercício de 1980, e a vida futura da sociedade.

Antes do começo das discussões dos pontos inscritos na ordem do dia, a delegação da Guiné-Bissau levantou uma questão prévia, dirigida ao Conselho da Administração da empresa, solicitando esclarecimentos sobre o facto de os barcos da Naguicave terem deixado de aportar a Bissau, a partir de meados de Outubro de 1980.

Ainda segundo o referido relatório, contrariamente ao que foi afirmado pelo Conselho da Administração, que justificou essa situação com avarias nos barcos após muito debate, a nossa delegação foi posteriormente informada pela delegação governamental de Cabo Verde que este facto resultava de uma decisão do próprio Governo caboverdiano, por considerar que deixaram de existir condições de segurança de bens e pessoas caboverdianas a partir dos acontecimentos do «14 de Novembro de 1980».

ANOMALIAS PROVOCAM DISSOLUÇÃO

Durante a discussão do relatório e contas do exercício de 1980, a delegação guineense fez ressaltar várias anomalias detectadas na sua elaboração, as quais o

verdianos para cerca de 20 milhões.

Esta circunstância, acrescida ainda dos vários resultados líquidos (apresentados em quadros todos diferentes) do exercício de 1979, concorreram para criar certa confusão no espírito



Conselho de Administração rectificou posteriormente, aliás de maneira insuficiente, segundo a opinião da nossa missão, passando o resultado líquido do prejuízo de 21 milhões e 500 mil escudos cabo-

dos accionistas. Por isso, e para que todos os accionistas possam ter uma ideia clara e real da situação financeira da empresa, a delegação guineense propôs que se efectuasse uma auditoria externa contabilística

às operações da Naguicave, desde a sua fundação. De facto, depreende-se que todas as anomalias referentes aos resultados do exercício de 1980 tinham por fim provocar a dissolução forçada da companhia, nos termos estatutários.

Recordamos que a Naguicave, empresa mista de transportes marítimos, foi criada em 1977, com o objectivo social de exercer o comércio e indústria de transportes marítimos, compreendendo, nomeadamente a navegação de longo curso para transporte entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, e outros países.

A delegação guineense à 4.ª Assembleia Geral ordinária da Naguicave, chefiada pelo camarada Mussá Djassi, Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, Turismo e Telecomunicações, integrava os camaradas Viriato Pan, Procurador-Geral da República, Rui Barreto, Presidente do Instituto Nacional de Seguros, Mário Ribeiro, director-geral dos Transportes, Abubacar Baldé, do Conselho da Administração da Naguicave, Jacinto da Silva, economista do Ministério das Finanças, e Pina Fernandes, cooperante português em serviço no país.

Seminário sindical

Um seminário dirigido por um economista da FSM (Federação Sindical Mundial) sr. Mários Ramos, decorre desde o dia 29 de Junho findo na sede da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné em Bissau. Este pequeno curso de superação, que termina no próximo dia 9, destina-se aos dirigentes sindicais de base dos departamentos e empresas estatais.

O seminário versa temas variados tais como: «A classe operária como força mais revolucionária da sociedade»; «A importância actual dos movimentos de libertação nacional»; «Os sindicatos como a mais ampla organização combativa da classe operária, no cumprimento da sua missão histórica»; «As liberdades e direitos sindicais»; «As tarefas dos sindicatos nas empresas». Princípios de organização dos sindicatos revolucionários.

O programa de trabalhos é completado com visitas de estudo aos locais de trabalho e projecção de filmes e diapositivos.

A UNTG organiza anualmente uma média de três seminários idênticos, com o apoio pedagógico da F.S.M., OIT e OUSA.

Fracassou a campanha de sensibilização artística

A campanha de sensibilização artística, promovida pelo Departamento das Artes da Cena, que se iniciou em Janeiro deste ano, e que se deveria estender durante um ano, fracassou depois de dois meses de actividades.

O objectivo desta campanha, conforme noticiamos oportunamente, era tentar preencher o vazio cultural que existe tanto em Bissau como no resto do país. «Arrancámos — disse-nos Carlos Vaz, responsável pelo Departamento — na esperança de sermos apoiados pelo Ministério, o que depois não aconteceu, e hoje, devido a condicionamentos de vária ordem, podemos considerar a campanha um fracasso».

A campanha conseguiu realizar a sua primeira fase, até fins de Fevereiro, com actuações, na capital e no interior dos artistas José Manuel, Filomeno Pina, do Ballet Nacional com o seu repertório de danças guerreiras, e ainda com o ballet Franz Fanon, a orquestra Co-

bianca Jazz, e a peça de teatro «Nô odja manga de cussa nê mundo».

A segunda etapa começou a ser preparada para Abril, tendo sido convidados outros artistas, e o Ballet Nacional estava já a preparar a peça «Okinka Pampam. 2». Mas, surgiram desde logo problemas, nomeadamente do local para realização dos espectáculos, na medida em que o Salão do III Congresso se encontra em obras de manutenção. Levantou-se outra alternativa, o salão da UDIB, mas no palco deste não existe um quadro eléctrico para instalar qualquer projectador ou lâmpada é bastante pequeno, não tem tela, enfim, não dispõe das mínimas condições para a realização de um espectáculo.

Outra questão que levou à estagnação da campanha de sensibilização artística, foi a falta de instalações para os ensaios. Ao nível da música, o departamento não possui equipamento a não ser alguns aparelhos incompletos. E sabemos que a maior par-

te dos conjuntos musicais têm o problema da falta de instrumentos. Além disso, os grupos de dança que existem no país necessitariam do apoio do Departamento das Artes da Cena.

Para além destes problemas apontados, Carlos Vaz referiu ainda a falta de investimentos para a Cultura, por parte do Estado. Salientou também, que todo o dinheiro recolhido nos espectáculos reverteu pa-

ra as Finanças o que faz com que o Departamento não tivesse possibilidades financeiras de organizar novas actividades.

«Tudo isso leva-nos a crer que sem a existência de uma União de Artistas, incluindo os escritores guineenses, todo o movimento cultural e artístico no país será impossível neste momento» — frisou Carlos Vaz.

Entretanto, o Departamento tem um projec-

to concreto a apresentar ao Ministério da Informação e Cultura, a curto, médio e longo prazo, acompanhado de organograma e de proposta de regulamento interno. Neste projecto, propõe-se a criação de um Conselho Produtor das Artes, englobando a JAAC, UNTG, CNMG, artistas e todos os departamentos com interesse cultural, com a finalidade de encontrar uma resposta para esta situação e começar a dar os

primeiros passos para o verdadeiro movimento cultural na Guiné-Bissau.

O Departamento não está parado, embora não esteja a fazer a campanha. O Ballet Nacional está a ensaiar novo repertório, e continua o apoio a vários grupos, nomeadamente o «N'-Kassa Cobra» que voltou a aparecer, e Grupo Dinamizador de Artes Plásticas da UNTG.

Nota do Ministério

Perante as questões colocadas pelo camarada Carlos Vaz, principalmente no que respeita à falta de apoio do Ministério da Informação e Cultura, para a completa realização da campanha de sensibilização artística, o gabinete do camarada Ministro deu o seguinte esclarecimento:

«Não nos surpreende a posição do camarada Carlos Vaz. O resultado seria idêntico se pedissemos depoimentos a qualquer outro responsável dum departamento da Direcção-Geral da Cultura: escassez de apoio para levar à prática os seus programas. Isso releva a quase nulidade de meios postos à disposição

do departamento cultural. Não pretendemos lançar culpas a ninguém. Somos bastante realistas para compreendermos que num país pobre, subdesenvolvido, existem prioridades das prioridades.»

«Não deixamos no entanto de aproveitar esta oportunidade para lançarmos um apelo aos nossos responsáveis de departamentos no sentido de programarem numa forma realista, adaptando-se às nossas condições concretas. Fazer o que podemos fazer e não fazer o que queremos fazer deve ser um princípio a ter em conta.»

A libertação económica foi uma das preocupações

ECOS de Nairobi

Acolher uma cimeira da OUA não é uma tarefa fácil, quer financeira quer materialmente. 48 milhões de dólares foi o custo oficial da reunião de Nairobi. Havia um automóvel «Mercedes» para cada chefe de delegação dos 50 países membros da Organização. Com a actual crise de combustível, nem todos os países suportavam!

O primeiro presidente da República a chegar a Nairobi foi Milton Obote do Uganda, país que tem fronteira com o Quênia. Em segundo lugar veio Omar Bongo do Gabão.

Kenneth Kaunda da Zâmbia não participou na 18.ª cimeira porque as forças de segurança do seu país descobriram uma conspiração anti-regime fomentado pela África do Sul e com implicações da polícia secreta americana CIA. Enquanto Shehu Shagari não foi à capital queniana por «descontentamento» com a OUA, pela forma como tratou do diferendo entre a Nigéria e o Camarões.

Por seu lado, o rei Hassan II do Marrocos, acompanhado por uma numerosa escolta, esteve na cimeira, apesar da tensão em Casablanca, onde uma revolta de protesto contra o custo de vida causou centenas de mortos (segundo a oposição).

A equipa de segurança do soberano marroquino era tão grande, que até tinha representantes entre os jornalistas.

A segurança queniana durante o decorrer da conferência de ministros era tão estrita, que até levou as delegações da Serra-Leoa e da Guiné-Bissau a ameaçarem abandonar a reunião, depois de uma embaixadora da Serra-Leoa

A par com os problemas políticos, as questões económicas, nomeadamente a necessidade do reforço da cooperação sub-regional, mereceram grande atenção por parte dos chefes de Estado e de Governo africanos reunidos na capital queniana. Não admira assim que, entre as 53 resoluções aprovadas pela 18.ª cimeira, mais de 30 se referiram aos assuntos económicos.

O presidente Julius Nyerere da Tanzânia propôs mesmo que a segunda fase da acção da OUA, a que se impõem actualmente, seja a da libertação económica. Esta ideia foi apoiada pelo secretário-geral da OUA, Edem Kodjo.

Mas a chave do sucesso deste combate libertador no plano económico é inseparável da luta pela unidade. Ambos conjugados, será possível a aceleração do progresso económico e social dos povos africanos.

A estratégia geralmente aceite orienta-se para a criação de grupos económicos regionais. Foi o que sugeriu na sessão de abertura da cimeira o presidente da Serra-Leoa Siaka Stevens, realçando que um Estado africano, isoladamente, não é capaz de vencer as suas dificuldades económicas.

A reunião magna da OUA de Nairobi decidiu proceder inadiavelmente à realização dos planos aprovados na primeira cimeira económica de Lagos. Especial atenção será prestada à formação de associações económicas regionais, que com o passar do tempo formarão um mercado comum africano, capaz de permitir

um maior e melhor aproveitamento das riquezas do continente, libertando-o em parte da dependência externa.

Contudo, como sublinhou o secretário-geral adjunto e porta-voz da OUA, Peter Onu, várias propostas apresentadas ficaram no papel. «Chegou a altura — declarou Onu — de passar das palavras aos actos, às acções concretas no sentido da materialização das resoluções, se queremos de facto ver a África forte e prestigiosa».

COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

A cooperação afro-árabe também saiu reforçada da cimeira de Nairobi. A existência de inimigos comuns aos dois povos que são os regimes racistas da África do Sul e de Israel, a proximidade geográfica e os laços culturais tornam esta cooperação mais que necessária, mas sim inevitável.

A agressão israelita contra a central nuclear iraquiana de Tammouz foi condenada. Ao mesmo tempo, a África reafirmou a sua determinação de não alterar a sua decisão sobre a ruptura

de relações diplomáticas com o regime sionista de Israel e apelou todos os Estados, todas as organizações internacionais e todas as instituições especializadas a tomarem sanções contra Telavive.

A causa palestiniana também não foi ignorada. A este respeito, a resolução adoptada em Nairobi diz nomeadamente que a causa palestiniana é uma causa árabe e africana. Condena todo o acordo separado que viole o direito dos povos à autodeterminação e à independência, numa referência velada aos acordos de Campo David entre o Egipto, Israel e os Estados Unidos.

Nesta resolução, os países africanos constatarem com inquietação o reforço da aliança entre Telavive e Pretória, aliança que visa intensificar o terrorismo e o genocídio dos povos.

No entanto, a África deseja, e algumas delegações sublinharam a necessidade de que a Liga Árabe tome por seu lado consciência dos problemas africanos e os discuta nas suas reuniões.

Pretende-se, por exemplo, que os movimentos de libertação africanos sejam ouvidos no decurso das conferências panarabes e salientou-se o facto da Organização de Libertação da Palestina (OLP) beneficiar do estatuto de observador no seio da OUA, o que infelizmente não acontece com o ANC e a SWAPO na Liga Árabe. O secretário-geral da Liga, Chadli Klibi, assistiu à sessão de abertura da 18.ª cimeira, tendo pronunciado um discurso.

OGADEN É DA ETIÓPIA

A cimeira de Nairobi adoptou as recomendações do comité de mediação entre a Etiópia e a Somália, lembrando que «o Ogaden (reivindicado pela Somália) é parte integrante da Etiópia».

Os chefes de Estado e de Governo adoptaram o relatório do comité, e pediram a cada um dos dois Estados para respeitarem os princípios da integridade territorial, soberania, não ingerência nos assuntos internos e de resolução pacífica dos diferendos.

A cimeira manifestou ainda a este respeito a sua oposição a qualquer forma de acção subversiva,

reafirmou o princípio da inviolabilidade das fronteiras herdadas da colonização, e rajando os dois Estados a normalizarem as relações.

O presidente Nimeiry do Sudão falou sobre os comités estabelecidos com

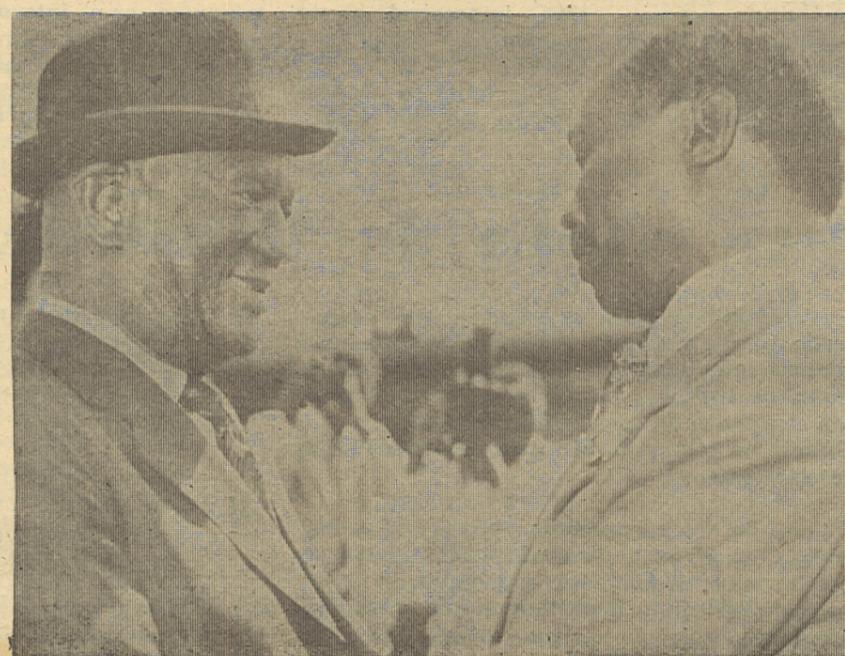


A mesa da presidência do chefe de Estado e do secretário-geral.

dis-Abeba e Mogadiscio, indicando contudo os pontos de vista dos dois lados ainda não aproximam.

DESCOLONIZAÇÃO DA ILHA REUNIAO

A respeito da Ilha Reunião (sob a ocupação francesa), um comi-



Siaka Stevens (de chapéu) presidente cessante da OUA, cumprimentando o seu sucessor, o queniano Arap Moi



Os camaradas Nino, Joseph Turpin e José Baptista abandonando o Centro de Conferência Kenyatta em Nairobi.

independência da Reunião».

O Comité «Ad Hoc» sobre a Reunião, presidido pelas Seychelles, poderá reunir-se brevemente.

PRÓXIMA CIMEIRA EM 1982 EM TRIPOLI

Um ponto da ordem do dia da cimeira, que muitos consideravam ser uma autêntica bomba nas mãos dos chefes de Estado, foi a da confirmação de Tripoli como próximo local da 19.ª Cimeira da OUA. Com efeito, a Líbia, país organizador, não tem relações diplomáticas com cerca de 14 países afri-

a Líbia acolherá a 19.ª Cimeira da OUA em 1982. A decisão foi tomada sem voto, pois a maioria dos Estados membros pronunciou-se favoravelmente, com excepção do Gabão, Egipto, Sudão e Ghana, que manifestaram algumas reservas.

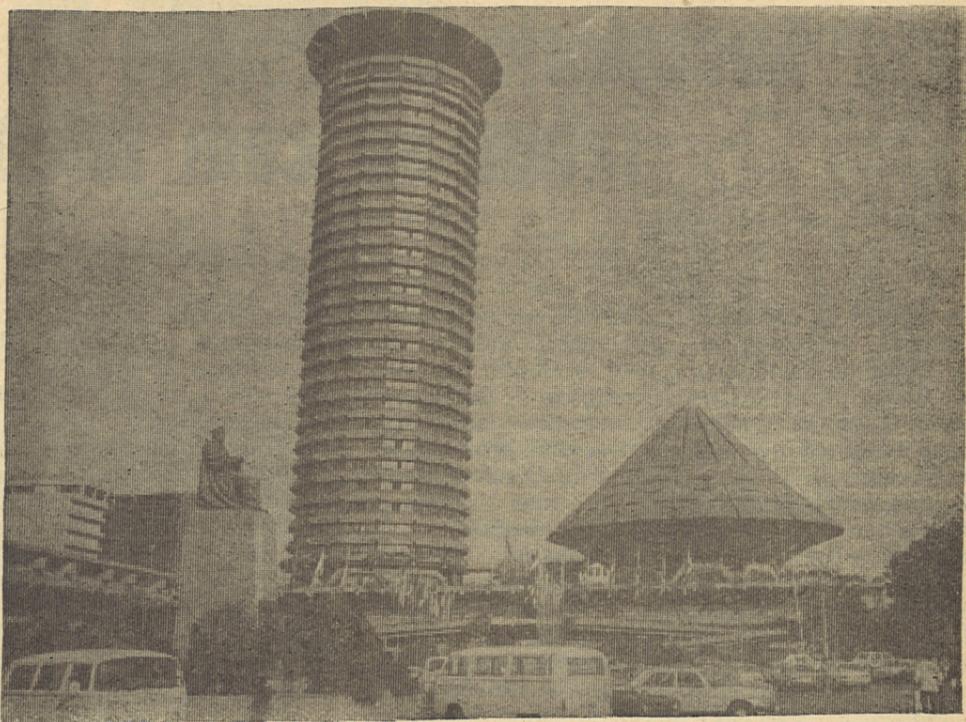
O secretário-geral da OUA, Edem Kodjo, lembrou que a Líbia comprometeu-se a receber todos os Estados membros da organização pan-africana. Explicou que a Líbia convidou a OUA a reunir-se em Tripoli desde a cimeira de Monróvia em 1979. «Os chefes de Estado e do Governo acolheram este convite do mesmo que o da República da Guiné, que propôs receber a cimeira em 1983, por ocasião do 20.º aniversário da OUA».

SELIM AHMED SALIM PARA SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Finalmente, a cimeira da Nairobi propôs unanimemente o nome de Selim Ahmed Salim para candidato africano ao posto de secretário-geral da ONU. Recorde-se que o mandato do austríaco Kurt Waldheim termina no fim deste ano.

Actual ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia e ex-representante deste país nas Nações Unidas, Selim Ahmed Salim possui grande experiência internacional, pois foi igualmente presidente da última Assembleia Geral da ONU.

Salim é um diplomata de carreira de 43 anos de idade.



Vista exterior do Centro de Conferência Kenyatta, sede de 18.ª cimeira da OUA

A Cimeira de Nairobi vista pelos Chefes de Estado

Durante quatro dias e quatro noites, mais de 30 chefes de Estado, chefes de Governo e ministros africanos debruçaram-se sobre os problemas mais candentes do continente. A impressão que ficou da 18.ª cimeira é de que, apesar das crises e dos conflitos, os dirigentes africanos foram capazes de encontrar respostas para a maior parte das questões que nos afligem, preservando simultaneamente a unidade.

Eis a opinião de alguns deles sobre os resultados da cimeira de Nairobi: «Esta sessão foi histórica, porque permitiu avançar na busca de uma so-

lução para o problema do Sahara Ocidental e na aplicação das resoluções da OUA a este respeito» — afirmou Daniel Arap Moi, chefe de Estado do Quênia e novo presidente em exercício da OUA, ao discursar na sessão de encerramento da conferência.

Para Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da Frente Polisário, a cimeira africana de Nairobi obteve «excelentes resultados», respondendo aos interesses dos povos saharauí e tchadiano, assim como aos da causa da Namíbia. O líder saharauí acrescentou ainda que durante a cimeira da OUA, «o papel de

apoio da Líbia ao povo tchadiano suscitou a satisfação e a admiração de todos».

O presidente do senegal, Abdou Diouf, observou que a cimeira de Nairobi «possibilitou a consolidação da Organização da Unidade Africana».

Didier Ratsiraka, presidente da República do Madagáscar, declarou-se «bastante satisfeito» pelo facto do rei Hassan II do Marrocos ter aceite a organização dum referendo para a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental. Ratsiraka precisou que este acordo «constitui uma vitória para a África progressista».

na
des

OUA vai entrar em contacto com os movimentos e partidos políticos da ilha, «a fim de lhes pedir que redefinam as suas posições e estratégias a seguir às mudanças verificadas em França».

O relatório do Comité de Libertação que apre-



da 18.ª cimeira da OUA. No centro Daniel Arap Moi, Quênia e actual presidente em exercício da Organização, à esquerda Edem Kodjo, secretário-geral da OUA, e à direita Peter Onu, porta-voz da OUA, e Chadli Klibi, secretário-geral da Liga Árabe

sentou esta proposta sublinhou «a necessidade para o secretário-geral da OUA de estabelecer novos contactos com a actual administração francesa, a fim de determinar com precisão a sua posição concernente à

canos, e a sua presença no Tchad não é bem interpretada por todos os membros da organização».

No entanto, a explosão não se deu, acabando-se mesmo por chegar a um consenso a este respeito:

ter sido revistada como «se levasse uma bomba». Mas felizmente tudo se arranhou, depois do ministro queniano dos Negócios Estrangeiros ter apresentado as suas desculpas e anunciado ter recebido garantias do responsável da segurança que os ministros e chefes de delegação não seriam mais submetidos a uma revista corporal.

A delegação da Guiné-Bissau esteve alojada no hotel «New Stanley», de sete andares, situado na rua Kimathi, no centro de Nairobi. Também aí se encontravam as delegações de

Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Mauritânia, Tunísia, Seychelles, Burundi e Ilhas Maurícias, etc. Os representantes dos movimentos de libertação ficaram no hotel Hilton.

Enquanto os maridos participavam nos trabalhos da OUA, as esposas dos presidentes da Guiné-Conakry, Tanzânia, Gâmbia, do Botswana e do secretário-geral da OUA, respectivamente André Touré, Maria Nyerere, Njaimah Jawara, Gladys Masire e Valentine Kodjo faziam turismo e visitavam centros industriais da capital queniana.

Ecos de Nairobi

Aproveitando a presença do presidente Gaafar Nimeiry do Sudão em Nairobi, o secretário-geral da União dos Sindicatos Africanos, Denis Akumu, pediu-lhe para não executar os líderes dos sindicatos ferroviários sudaneses, actualmente presos.

Uma organização chamada «Movimentos de Juventude e do Trabalho Voluntário» para a África distribuiu folhetos durante a 18.ª cimeira, nos quais explica os seus objectivos, um dos quais é «dar a todos os jovens e a todos os trabalhadores voluntários de África possi-

bilidades de realizarem juntos um trabalho útil em benefício de África».

O diário queniano «The Standard» (financiado pela multinacional Lohnro) fez-se notar durante todo o decorrer da cimeira pelos seus editoriais anti-líbios, que originaram mesmo o protesto da embaixada da Líbia no Quênia. Finalmente os Líbios «vingaram-se», proibindo a presença de jornalistas do «The Standard» numa entrevista concedida pelo chefe da sua delegação, o dr. Ali Abdessalam Triki, à televisão queniana.

O Marrocos conse-

guiu «furar» os debates à porta-fechada, reivindicando o direito da presença da sua imprensa, quando tomasse a palavra.

As línguas de trabalho da OUA são o inglês, francês, árabe e o espanhol. Para quando o português?

O Malawi é o único país membro da OUA que tem relações diplomáticas com o regime racista e fascista da África do Sul.

Durante a abertura da 18.ª cimeira da OUA, um «estranho» utilizou a sala reservada aos jornalistas. Tinha um ar bastante conhecido. Acabámos

por saber que era Jaramogi Oginga Odinga, antigo vice-presidente do Quênia no tempo de Jomo Kenyatta, hoje caído em desgraça.

A cimeira de Nairobi teve de tudo, até uma cena de pugilato provocado por dois elementos marroquinos, que tentavam impedir um membro da Frente Polisário de distribuir documentos. A jornalista Augusta Conchiglia da revista «Afrigue-Asie» foi agredida por um marroquino, ao procurar evitar a confrontação física entre marroquinos e saharauis.

Secretário de Estado da Juventude e Desportos reúne-se com futebolistas emigrados

● Prioridade à defesa do emigrante

A política da concórdia nacional decretada pelo Conselho da Revolução bate à porta do Desporto. O primeiro passo neste sentido foi ensaiado na quinta-feira passada, no gabinete de trabalho do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, camarada Adelino Nunes Correia, durante uma reunião entre aquele dirigente e os nossos compatriotas emi-

grantes no estrangeiro (Portugal), onde procuraram melhorar as suas condições financeiras através dos «pontapés na bola». Uma profissão popular quicá compensadora... mas ingrata e cheia de desilusões.

A concórdia nacional visa essencialmente o seguinte: união de todos os guineenses, o regresso dos compatriotas nossos ao país a fim de todos

(como diz um velho ditado popular — **a união faz a força**) trabalharmos para o progresso da martirizada terra de todos nós. E foi precisamente este princípio que norteou o diálogo travado entre Adelino Nunes Correia e os emigrantes. É o caso concreto das inúmeras necessidades que actualmente se fazem sentir no desporto de todos nós, nomeada-

mente a falta de quadros, que o camarada Adelino Nunes Correia deu a conhecer aos nossos emigrantes futebolistas tal como os projectos da S.E.J.D. com vista à promoção do desporto em todo o território nacional.

«**A nossa maior preocupação é servir primeiramente os vossos interesses para depois salvar os nossos, defendendo o prestígio do nosso povo no exterior. Pois queremos que cada um de vós, onde quer que esteja, preserve o respeito e prestígio do guineense.**» Esta frase, pronunciada várias vezes pelo Secretário de Estado da Juventude e Desportos durante aquele encontro, referindo-se às condições (não muito boas, na maior parte) em que muitos dos nossos emigrantes futebolistas são levados a assinarem compromissos com equipas portuguesas, foi a tónica do improvisado de Nunes Correia.

Como servir os interesses daqueles futebolistas? Primeiramente, e isto de acordo com a explicação do responsável máximo pelo desporto guineense, os emigrantes terão que informar verbalmente ou por escrito a S.E.J.D. das verbas e dos compromissos assumidos pelo jogador aquando da assinatura do contrato com a entidade patronal. Este pormenor deve-se, segundo Nunes Correia, a uma premente necessidade que tem a S.E.J.D. de se inteirar da situação de cada jogador a fim de, no encontro que irá ter com o órgão máximo do futebol portu-

guês, poder apresentar propostas concretas.

Adelino Nunes Correia sublinharia, no entanto, que é igualmente necessário e importante que de futuro, todo o atleta nacional que pretenda ir tentar a sua sorte em qualquer parte do mundo, «**nos dê satisfação. Nós precisamos saber o nome da equipa que está interessado no concurso do atleta nacional para podermos intervir. Aliás, é bastante importante o seguinte: de futuro, todos os seus contactos de jogador devem ser feitos aqui no país e não lá fora como tem acontecido, porque isso permitirá evitar que esta venda por uma quantia irrisória as suas qualidades mal lhe surjam problemas.**»

Quanto à integração destes elementos nas futuras selecções nacionais de futebol, Adelino Nunes Correia referir-se-ia do seguinte modo: «**Não sabemos ainda se implica uma série de coisas, nomeadamente a obtenção das vossas licenças junto dos vossos patrões, indemnizações pagáveis por estas licenças ou no caso das lesões, dinheiro para o transporte, etc, etc.**»

OUA boicota a anunciada digressão do rãguebi sul-africano à Nova Zelândia

Os Chefes de Estados africanos reunidos em Nairobi sob a égide da OUA fizeram, no sábado passado, uma petição ao Governo neo-zelandês no sentido de anular a prevista digressão da equipa sul-africana de rãguebi «Sprigbok» à Nova Zelândia, ameaçando boicotar, no futuro, todas as manifestações desportivas promovidas por este país se o apelo não for aceite.

Numa resolução adoptada pelos representantes de toda a África considera-se que «**o regime racista sul-africano recorre, desta forma, à manifestação desportiva para sair do isolamento internacional a que foi votada.**»

De acordo ainda com aquela resolução, a OUA solicitará, caso esta di-

gressão se efectue, aos seus membros para tomarem medidas que visem a sua não participação nas manifestações desportivas em que tome parte a Nova Zelândia.

Por outro lado, será indicado aos Estados Membros da OUA, que fazem igualmente parte da Commonwealth, para procederem à anulação ou indicação de outro local para a realização da Conferência dos Ministros das Finanças da Commonwealth, prevista para o fim do ano em Nova Zelândia.

ASSEMBLEIA GERAL DOS COMITÉS OLÍMPICOS AFRICANOS

A 13.ª Assembleia Geral Constitutiva dos Co-

mités Nacionais Olímpicos da África (ACNOA), que iniciara os seus trabalhos no sábado passado em Lomé, capital do Togo, terminou na segunda-feira. O Presidente do Comité Olímpico do Togo, Anani Matthia, foi eleito Presidente da Associação dos Comitês Nacionais Olímpicos da África, enquanto Lamine Bá, Secretário-Geral do Conselho Superior de Desporto em África (C.S.D.A.) era nomeado honorificamente Secretário-Geral da tesouraria. Quênia, Líbia e Camarões ocuparam os três postos da Vice-Presidência, enquanto o Egito, Senegal, Marrocos, Benin, Congo e Swazilândia estarão representados no Comité Executivo.

No decorrer desta segunda jornada consagra-

da essencialmente à aprovação dos estatutos, a Assembleia decidiu fixar provisoriamente, durante um período de dois anos, a sua sede em Yaoundé (Camarões), onde se encontra a funcionar presentemente a da CSDA.

No decorrer da sessão de encerramento, o Presidente Matthia (eleito para quatro anos de mandato com possibilidades de reeleição, tal como os outros membros do Comité Executivo) sublinhou que os trabalhos se desenrolaram num clima «**de amizade, fraternidade e cortesia.**»

Por seu turno, Abraham Ordia, Presidente do CSDA, precisou que o dever dos organismos desportivos «**é trabalhar de mãos dadas para promover o desporto no continente africano.**»

Defeso de Bandim-2 Pamparida-UDAK jogam esta tarde

Prossegue este fim-de-semana no estádio Camoma, em Bandim-2, a disputa do torneio de abertura da época de Defeso daquele Bairro.

Para as meias-finais jogam, esta tarde, as equipas de «Pamparida» e «UDAK» (União Desportiva Académica de Kobom). A turma do «Bó Na Gosta» que, ao desembarçar-se na quarta-feira passada, em jogo de desempate, do «Djorçon» (a quem venceu por 5-3 na transformação de grandes penalidades depois de um empate a duas bolas após prolongamento) qualificou-se para a final, devido ao «goal-average».

Recorde-se que a formação do «Pamparida» chegou às meias-finais graças à vitória alcançada na quinta-feira passada, por 5-2 sobre «Djagras» no jogo de desempate, também na

marcação de penaltis, pois, ao fim de 120 minutos de jogo, o «placard» registava um empate a uma bola.

FNF E O DEFESO

A Federação Nacional de Futebol vai passar doravante a assumir a organização do Campeonato de Defeso Inter-Bairros e Departamentos laborais estatais e privados, confiado nos dois últimos anos à nossa organização juvenil — JAAC.

Para o efeito, aquele organismo desportivo convocou para a tarde de ontem (depois do fecho desta edição, razão da não inclusão aqui as decisões tomadas) uma reunião com todos os delegados das equipas interessadas nesta competição, a fim de assentar as bases e as normas que nortearão o campeonato.

Anúncios

Por despacho do Camarada Ministro da Informação e Cultura de 4 do corrente mês, faz-se público que se encontra aberto concurso de provas escritas e práticas pelo prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação deste anúncio, para preenchimento de vagas de 2.º oficial, 3.º oficial, aspirante e eserituário-dactilógrafo, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional.

A admissão ao concurso é feita mediante requerimento, em papel selado, com a assinatura reconhecida pelo notário, dirigido ao Camarada Ministro da Informação e Cultura, devendo-se-lhe juntar a certidão de idade e o certificado de habilitações literárias.

Os programas para o concurso são:

Para 2.º Oficial — Elaboração de propostas, notas, ofícios e informações sobre assuntos relacionados com o expediente de secretaria.

Arquivologia. Deveres e direitos dos funcionários. Normas gerais sobre o expediente dum secretário, livros usados nos serviços de secretaria e modo de os preencher. Abonos e liquidação de vencimentos em várias situações. Estatutos do P.A.I.G.C.

Para 3.º Oficial — Princípios gerais sobre provimento em cargo público. Deveres e direitos dos funcionários. Redacção de notas e ofícios. Resumir qualquer correspondência para a registo no livro de en-

trada. Estatutos do P.A.I.G.C.

Dactilografia: — Ditado para prova de correcção. — Cópia de um texto, como prova de destreza.

Para Aspirante — Deveres e direitos dos funcionários. Redacção de notas e ofícios. Estatutos do P.A.I.G.C. Dactilografia — Ditado para prova de correcção. Cópia de um texto, como prova de destreza.

Para Escriturário-Dactilógrafo — Deveres e direitos dos funcionários. Prova de aritmética. Caligrafia — cópia de um texto.

Dactilografia: — Ditado para prova de correcção. Cópia de um texto, como prova de destreza. Para mais esclareci-

mentos, os interessados devem pedir informações na Secretaria da Imprensa Nacional.

AGRADECIMENTO

Carmen Pereira, Pais, irmãos, cunhados e toda a família, cumprem o sagrado dever de agradecer por este meio e com penhor, a todos os amigos e conhecidos que de uma maneira ou outra manifestaram-lhes pesar ou acompanharam a sua última morada, a infeliz (irmã, filha, cunhada) Margarida Sabóia Pereira, que a morte repentina arrebatou-lhes do convívio familiar para o eterno descanso, no passado dia 12 do mês de Junho.

Bolívia

Incerteza após a rebelião

Depois da tentativa de golpe de estado de sábado passado, o presidente boliviano Luis Garcia Meza consolidou a sua posição em La Paz, mas subsiste a incerteza quanto à situação nos diversos distritos do interior do país.

Informações não confirmadas deram conta de tomadas de posições de chefes de guarnições como o coronel Olvis Aria, em Camiri (na zona este do país) e o coronel Félix Villaroel, em Trinidad (norte), os quais pediram a demissão do general Garcia Meza, considerando ser «a única solução para a crise que atravessa actualmente a Bolívia».

Todavia, na capital, as forças favoráveis ao presidente Garcia Meza controlam a situação, depois de terem obtido a rendição, capturado e substituído os presumíveis chefes da conspiração: o comandante-chefe e o chefe de estado maior do Exército, general Humberto Cayoja Riart e Lucio Anez Rivero.

Marrocos e Mauritânia restabelecem relações diplomáticas

O desenvolvimento verificado na questão do Sahara Ocidental no decurso da 18.ª cimeira da OUA, assim como as insistentes diligências dos dirigentes da Arábia Saudita, estão na base da decisão das autoridades marroquinas e mauritanianas de restabelecer o mais brevemente possível as relações diplomáticas.

Um acordo neste sentido foi assinado em Taef, na Arábia Saudita, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, M'Hamed Boucetta e Da'han Ahmed Mahmoudi, na presença do rei Hassan II do Marrocos, do presidente Khouna Ould Haidalla da Mauritânia, e do rei Khaled da Arábia Saudita.

Segundo um comunicado conjunto divulgado no domingo passado, Marrocos e a Mauritânia «decidiram restabelecer relações normais e cooperar em todos os domínios», a seguir ao encontro do rei Hassan II e do presidente Haidalla em Taef, a convite do rei Khaled Ibn Abdel-Aziz e graças aos louváveis esforços do governo saudita».

As relações diplomáticas entre Rabat e Nouakchott estavam cortadas desde Março último, depois das autoridades mauritanianas terem denunciado a participação marroquina numa tentativa de golpe de estado na Mauritânia, organizada por um comando do movimento da oposição «Aliança por uma Mauritânia Democrática».

Depois da queda do presidente Moktar Ould Daddah, a 10 de Julho de 1978, as relações entre os dois Estados passaram por uma série de vicissitudes,

sobretudo depois da assinatura do acordo de Argel que pôs fim à guerra entre a Mauritânia e a Frente Polisário.

A seguir a este acordo, os responsáveis marroquinos acusaram diversas vezes a Mauritânia de não manter uma posição de neutralidade no conflito do Sahara Ocidental, enquanto os mauritanianos reprovavam o apoio dado por Marrocos aos opositores do regime de Nouakchott.

O acordo agora assinado em Taef indica precisamente que as duas partes «proíbem toda a actividade política e militar hostil a um ou ao outro país no seu território», e recusam «acolher e ajudar os cidadãos de um ou do outro lado que se entregam a tais actividades».

MUDANÇA NA ARGÉLIA

Na Argélia, o Comité Central da Frente de Libertação Nacional (FLN) concluiu anteontem os seus trabalhos, durante os quais o bureau político foi profundamente remodelado. Duas personalidades marcantes durante a presidência de Houari Boumediene, Abdelaziz Bouteflika, ministro dos Negócios Estrangeiros durante 15 anos, e Mohamed Salah Yahiaoui, antigo coordenador do FLN, foram excluídos do bureau político do partido.

O novo bureau político, composto por dez membros, incluiu pela primeira vez Mohamed Sedik Benyahia, actual chefe da diplomacia argelina.

Irão: Eleições presidenciais em Julho

Os iranianos elegerão em fins de Julho um sucessor para Abolhassan Baniadr, que poderá ser Mohamed Ali Radjai, actual Primeiro-Ministro e um dos principais adversários do presidente destituído pelo imam Khomeiny.

O Conselho Provisório da Presidência, cria-

do logo após a destituição de Baniadr, pediu a organização da primeira volta das eleições presidenciais a 24 de Julho. Os iranianos regressarão às urnas uma semana depois, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta.

Ali Radjai não anunciou oficialmente a sua

candidatura, mas declarou-se pronto a assumir o cargo presidencial «se o povo o quiser».

Radjai não é membro do PRI (Partido da República Islâmica, maioritário no parlamento), mas é um simpatizante. Este partido era dirigido pelo ayatola Behechti, presidente do Tribunal

Supremo, assassinado na semana passada no atentado bombista a que nos referimos na nossa última edição.

O PRI ainda não tomou nenhuma decisão. Esta será tomada «de acordo com todos os grupos e organismos que se reclamam da política do imam Komeiny».

Irlanda do Norte: Um regime de apartheid branco

Publicamos hoje a última parte da entrevista concedida por Sean MacBride ao semanário português «O jornal», na qual o ex-diplomata e prémio Nobel da Paz traça um historial da sangrenta ocupação britânica da Irlanda, do inquebrantável nacionalismo irlandês concluindo por fim que actualmente, na Irlanda do Norte, devido a discriminações na base de critérios religiosos, os irlandeses vivem «num regime de apartheid branco».

P. — Durante esse período, que passava na Irlanda do Norte? R. — Durante esse tempo, como previa o acordo de Londres, os ingleses procederam a uma delimitação metódica dos condados do Norte, onde se haviam concentrado, desde há séculos, os descendentes dos colonos presbiterianos escoceses, conhecidos pelo seu fanatismo religioso. A nova fronteira contornava os condados de maioria católica, abandonados ao Estado Livre

e delimitava um território de maioria protestante e unionista. Uma obra prima de manipulação. Nos seis condados do Estado protestante do Norte, onde reinava a Ordem de Orange, uma franco-maçonaria aparentada com a Ku Klux Klan instaurou um sistema de discriminação religiosa implacável que repousava na existência de forças paramilitares quase exclusivamente compostas por protestantes e numa verdadeira legislação de excepção.

Mas os ingleses negligenciaram um pormenor: as famílias católicas crescem muito mais depressa que os protestantes. Para evitar um volte-face da maioria, os ingleses e os unionistas do governo de Ulster decidiram obrigar os jovens católicos a emigrar, praticando uma política rigorosa de discriminação religiosa no sector do emprego e no domínio da habitação. Nessa época, viam-se nas entradas das fábricas dos estaleiros navais de Bel-

fast, cartazes que proclamavam: «Aqui não se contratam católicos». Quanto às agências encarregadas de alugueres de casas e aos departamentos oficiais controlados pelo governo de Belfast, eliminaram sistematicamente das suas listas os pedidos dos católicos. Entre os católicos o desemprego e a miséria eram enormes. Era o «apartheid» entre os brancos.

Na realidade, este sistema perpetuou-se até aos nossos dias, e não se pode perceber realmente o que hoje se passa na Irlanda do Norte se se olvidar essa herança de desigualdade organizada. Foi para reagir contra uma situação tornada insuportável que surgiu, nos anos 60, o Movimento para os Direitos Cívicos. No fim de 1966, nasceu a Northern Ireland Civil Rights Association (NICRA). Em Outubro de 1968, em Derry, a polícia carregou contra a manifestação não violenta e fez dezenas de feridos, alguns em estado grave.

Foi declarada a guerra aos militantes dos direitos cívicos. A tal ponto que os dirigentes do movimento acabaram por se voltar para o IRA para lhe pedirem apoio militar e protecção. Uma vez mais, foi a brutalidade britânica que refez a unidade do campo nacional e provocou a aproximação entre os não violentos do NICRA.

P. — Que soluções vê para o drama da Irlanda do Norte? R. — Não estou muito optimista. Limite-me a verificar que a população britânica está farta desta guerra que sai cara em dinheiro e vidas humanas. Cada vez há mais soldados ingleses feridos ou mortos na Irlanda do Norte e, guardando as proporções, creio que se gera um movimento semelhante ao que existia nos Estados Unidos, na altura da guerra do Vietname. Tenho a impressão que boa parte dos britânicos estão prontos a sacrificar o Ulster para sair deste vespeiro e parece-me, que, mais

tarde ou mais cedo, o governo de Londres tem de levar isso em linha de conta.

P. — Mas poder-se-á imaginar que os extremistas protestantes do Norte aceitarão ser «abandonados»?

R. — Escute, eu julgo que é algo semelhante ao que aconteceu na Rodésia. Os protestantes do Norte devem pressentir, que num dado momento, acabarão por os «abandonar». Já houve contactos com o IRA. Posso garantir-lhe. Esboçou-se, há quatro anos um esquema de discussões e de negociações. Dois advogados receberam pedidos para assistir a eventuais negociações. Já se verificaram encontros. Eu sei disso, porque sou um desses dois advogados. O outro, é um colega de Belfast. Mas era necessário que o governo de Londres desse finalmente provas de realismo e de maleabilidade. Tudo isto, como pode ver, é tal como a história da Irlanda, bastante complicado.

RELAÇÕES CABO VERDE-URSS

PRAIA — Uma delegação do Soviète Supremo da URSS encabeçada por Maslenikov, presidente da Comissão do Plano e Orçamento do Soviète das Nacionalidades do Soviète Supremo da URSS e vice-presidente do Conselho de ministros da RSFSR, que se encontra na República de Cabo Verde em visita oficial, a convite da Assembleia Nacional Popular, foi recebido pelo presidente Aristides Pereira. No decorrer das conversações realizadas «numa atmosfera cordial», o presidente de Cabo Verde salientou a importância da visita, que abre novos horizontes do aperfeiçoamento e aprofundamento das relações de amizade e cooperação que ligam os dois povos.

AMIZADE CONGO-MOÇAMBIQUE

MAPUTO — Com objectivo de realizar os laços históricos entre a República de Congo e a República Popular de Moçambique, o presidente Denis Sassou Nguesso efectuou uma visita oficial à RPM no passado domingo.

No decorrer de um banquete oferecido pelo presidente Samora Machel, Sassou Nguesso salientou o papel positivo de Moçambique na luta contra as forças racistas da África de Sul, sublinhando a necessidade do nosso continente se unir para resolver os seus problemas de desenvolvimento económico. O dirigente congolês aplaudiu as propostas de paz e de desarmamento recentemente formuladas pelo dirigente máximo da União Soviética, Leonid Brejnev.

Actividade partidária

Exortação do Sector Autónomo de Bissau

A explicação do Relatório do camarada Presidente do CNG e do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira, apresentado na segunda reunião extraordinária do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC e as resoluções adoptadas nessa importante reunião tiveram lugar ontem e hoje nos comités de base do Partido nos locais de trabalho e nos bairros da capital.

Estes dois importantes documentos foram dados a conhecer aos militantes de base do nosso grande Partido — o PAIGC, aos simpatizantes, ao nosso povo em geral, para exprimirem as suas opiniões sobre a vida do Partido.

Entretanto, o Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau emitiu um apelo aos militantes do Partido, à juventude, trabalhadores, à organização das mulheres e à população em geral para redobramos os seus esforços no aumento da produção e produtividade, bem como na disciplina partidária, em saudação ao Primeiro Congresso Extraordinário do PAIGC. Eis o apelo do Comité do Sector Autónomo:

«Preparamo-nos para o grande e decisivo acontecimento da nossa vida e da nossa luta! Trata-se do Congresso Extraordinário do nosso Partido que irá, no próximo mês de Novembro do ano em curso, decidir o futuro do PAIGC, bem como traçar para a actual etapa, as grandes linhas de orientação em todos os domínios da nossa vida sócio-económica e cultural.

É neste contexto que o Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau, lança um vibrante apelo a todos os militantes do nosso grande Partido, a Organizações da Juventude, dos Trabalhadores, das Mulheres e a população em geral, no sentido de mais uma vez, redobramos os seus esforços de sempre, no aumento da produção e da produtividade, bem como da disciplina partidária, em saudação ao Congresso Extraordinário do PAIGC. Devem igualmente, em cumprimento das directrizes emanadas da última sessão extraordinária do CNG, dar uma participação militante e efectiva durante o estudo e divulgação do relatório do Camarada Nino Vieira, Presidente do CNG do PAIGC, da Resolução Geral da mesma sessão, bem como das Recomendações da Reunião Preparatória à II Conferência do Sector Autónomo de Bissau, a ter lugar em Setembro do ano em curso».

Para dar seguimento a todas essas directivas, a Comissão Dinamizadora para o Congresso Extraordinário e o Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau organizaram, para o dia 3 de Julho, pelas 18 horas, um amplo e aprofundado estudo dos mesmos documentos nas estruturas de base do Partido nos locais de trabalho. Idênticas sessões de trabalho prosseguirão no sábado, dia 4 do mês em curso com os grupos de base dos bairros do Sector Autónomo de Bissau.

Avante, pois, camaradas, para pormos de pé, a todos os níveis, o nosso glorioso Partido — o PAIGC!

Em fase avançada o projecto petrolífero

Numa reunião realizada recentemente em Lisboa entre o camarada Pio Correia, director-geral da Petrominas, em representação do Governo da Guiné-Bissau, e delegações do Banco Mundial e da Atlantic Resources ARL, (gabinete de estudos contratado para coordenar o projecto de promoção e exploração petrolífera na nossa plataforma territorial), discutiram-se a evolução dos trabalhos, e os aspectos técnicos e orçamental, além de outros aspectos.

O camarada Pio Correia que regressou na quarta-feira passada ao país, informou-nos que teve oportunidade de ouvir uma exposição do geofísico responsável pelos trabalhos de seguimento e interpretação das secções sísmicas, e

do centro de processamento da Digicon (empresa encarregada de executar o levantamento sísmico na Guiné-Bissau). «Ficamos bastante encorajados dada a qualidade da secção, não só pelo método de trabalho e complexidade das máquinas utilizadas como o levantamento em si. Podemos até dizer que há boas perspectivas para nós» — precisou o director da Petrominas.

O camarada Pio Correia sublinhou que, para melhor eficiência do trabalho, decidiu-se libertar o gabinete de estudos (ARL) de certas actividades, sobretudo aquelas que não realiza directamente e para os quais que contrata terceiros, a fim de que esta empresa possa concentrar-se melhor no seu

papel de consultor e coordenador do projecto. Pediu-se o relatório dos trabalhos já realizados e a realizar ainda até ao fim de projecto, para se poder passar directamente os contratos a outras firmas ou gabinetes de estudo, o que levou a que se estudasse a possibilidade de se alterar o orçamento.

Por outro lado, tanto a ARL como a delegação do Banco Mundial (organismo que financia o projecto num montante que ultrapassa os sete milhões de dólares) apresentaram parte das propostas de um grupo de firmas petrolíferas — a «Hunt Oil Company» e a «SEDCO» — visando o início, o mais rápido possível, dos trabalhos sísmicos detalhados, e a realização de quatro fu-

ros durante o próximo ano. «Isto vai-nos ajudar bastante nas actividades de recolha de documentos para a constituição do dossier petrolífero» — salientou Pio Correia.

Houve, no entanto, outras companhias que fizeram propostas idênticas, nomeadamente a Esso (firma que detém dados importantes sobre o petróleo na Guiné-Bissau). O nosso Governo deverá pronunciar-se brevemente sobre tais propostas, para se poder lançar uma ofensiva de contactos e discussões da viabilidade e, como disse Pio Correia, «paralelamente aos trabalhos que estamos a realizar acelerar o processo de definição correcta das nossas potencialidades petrolíferas».

Aquisição de petróleo na Nigéria

Para se inteirar junto do Governo nigeriano das condições necessárias para o fornecimento de petróleo bruto à Guiné-Bissau, seguiu ontem para a Nigéria, uma delegação governamental chefiada pelo camarada Anastácio Furtado, director-geral de Energia.

O fornecimento desta matéria prima, a ser en-

viado, posteriormente, para refinação no Senegal ou em Portugal, foi solicitado ao Governo nigeriano pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, camarada Victor Saúde Maria, numa das suas missões diplomáticas à aquele país amigo.

Segundo o camarada Anastácio Furtado, este método de aquisição de combustíveis será eco-

nomicamente mais vantajoso para o país, porque, além do seu baixo custo, poderemos ainda vender outros derivados do petróleo bruto que não nos interessem.

Integraram a delegação os camaradas, Carlos Gomes Júnior, delegado do Governo na DICOL, e Saco Camará, do Ministério do Comércio.

Dirigente Maubere em Bissau

O camarada Rogério Lobato, membro do Comité Central da FRETILIN e ministro da Defesa de Timor-Leste encontra-se desde ontem em Bissau, para uma visita de cinco dias, prosseguindo assim os contactos regulares com o Partido e Governo da Guiné-Bissau. O dirigente maubere informou à chegada que veio para discutir com as autoridades guineenses formas de implementar planos concretos de apoio à luta do povo de Timor-Leste.

Falando do recente julgamento a que foi submetido o regime indonésio de Suharto pelo Tribunal Permanente

dos Povos, sobre os crimes de guerra e genocídio perpetuados na República Democrática de Timor-Leste, o dirigente da FRETILIN declarou que este Tribunal constitui uma derrota política e moral dos inimigos do seu povo e o seu isolamento no plano internacional.

No quadro da luta

interna do povo maubere, o camarada Rogério Lobato observou que «pelo carácter de espaço geo-político em que Timor-Leste está inserido, preparamo-nos para lutar vários anos. A vitória só será conseguida através de uma luta popular prolongada, e estamos convencidos que a vitória é certa».

Campanha de identificação

O Ministério do Interior leva a efeito uma campanha de identificação de todos os cidadãos nacionais e estrangeiros, com o intuito de garantir um clima de segu-

rança total à cidade de Bissau, indica uma nota daquele departamento.

Durante a campanha, elementos devidamente credenciados exigem a

apresentação do documento de identificação, a declaração de pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional e o cartão do local de trabalho.

Fosfato

Rectificação

Já está confirmada a disponibilidade dos organismos de cooperação do Governo francês em aumentarem o financiamento aos Recursos Naturais, a fim de dar cobertura à segunda fase de prospecção de fosfato em Farim ao cargo da BRGM (Bureau des Recherches Géologiques et Minières). Porém, o valor dessa ajuda financeira é calculado em cinco milhões de francos franceses e não cinco milhões de pesos guineenses, conforme, por engano, tínhamos informado na nossa anterior edição.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.